

PARECER Nº 662/2019/JULG ASJIN/ASJIN
PROCESSO Nº 00068.004458/2014-67
INTERESSADO: PMR TÁXI AÉREO E MANUTENÇÃO AERONÁUTICA S.A.

Submeto à apreciação de Vossa Senhoria Proposta de DECISÃO ADMINISTRATIVA DE SEGUNDA INSTÂNCIA, nos termos da minuta anexa.

ANEXO

MARCOS PROCESSUAIS

NUP	Crédito de Multa (SIGEC)	Auto de Infração (AI)	Data da Infração	Data da Lavratura do AI	Notificação do AI	Defesa Prévia	Convalidação do AI	Notificação da Convalidação do AI	Decisão de Primeira Instância (DC1)	Notificação da DC1	Multas aplicada em Primeira Instância	Envio do Recurso
00068.004458/2014-67	660859170	02080/2014	02/05/2014	31/07/2014	14/08/2014	02/09/2014	29/07/2016	26/08/2016	01/08/2017	09/08/2017	R\$ 7.000,00	18/08/2017
											R\$ 7.000,00	
											R\$ 7.000,00	

Infração: Ausência de Publicação de Informação Aeronáutica.

Enquadramento: Art. 302, inciso III, alínea "e" da Lei nº 7.565 de 19 de dezembro de 1986 c/c a seção 135.81 (a) do RBAC 135.

Proponente: Thaís Toledo Alves – SIAPE 1579629 (Portaria Nomeação Membro Julgador ANAC nº 453, de 08/02/2017)

INTRODUÇÃO

1. Trata-se de recurso interposto por **PMR TÁXI AÉREO E MANUTENÇÃO AERONÁUTICA S.A.**, em face da Decisão de Primeira Instância proferida no curso do processo administrativo sancionador discriminado no quadro acima, que individualiza a materialidade infracional e retrata os marcos relevantes para o trâmite e regularidade processual.

2. O AI descreve que:

Foi constatado, durante a auditoria realizada na empresa em comento, nos dias 26 e 27 de maio do presente ano, RVSO 17203, autuada no processo administrativo 00068.002922/2014-81, **que não havia a publicação AIP de 01.05.2014** (data AIRAC corrente - MCA 53-1 do Departamento de Controle do Espaço Aéreo - item 8.4.1 ("Cada ciclo AIRAC é composto por 28 dias. As datas AIRAC são sempre às quintas-feiras - Portaria DECEA nº 63/SDOP, de 21 de outubro de 2009") que se destina ao planejamento de voo, ferindo o parágrafo 135.81(a) do RBAC 135. **Observou-se que havia apenas a anterior, que, por se apresentar desatualizada, não é adequada para os fins a que se destina.**

3. **Relatório de Fiscalização - RF** - A fiscalização descreveu as circunstâncias da constatação da ocorrência nos mesmos termos da descrição do AI.

4. **Defesa Prévia** - A interessada alega que "devido a problemas na época com greve dos correios, bem como, as publicações AIP Brasil e AIP MAP e demais do DECEA, estavam desatualizadas em decorrência de atraso no recebimento destas. Na época o PAME alegou problemas internos e dos correios. Coincidentemente na ocasião que, ocorreram as auditorias chegaram às atualizações. Mas, não foram aceitas pelos agentes fiscalizadores. No entanto, há como comprovar que a culpa de falta de atualização não se deu pela autuada PMR e sim devido aos atrasos do órgão responsável - PAME. Conforme documento retirado da internet, comprova-se a existência de assinaturas válidas para 03(três) conjuntos completos de publicações aeronáuticas do DECEA na data da auditoria, estando com isso comprovado que estava tudo regularizado, todavia, não pode a PMR ser autuada e quem sabe até penalizada, ante os imprevistos de terceiros. Assim, requer que seja reconsiderada a autuação aplicada sem aplicação de qualquer tipo de multa ou penalidade.

5. **Convalidação do AI** - Foi constatado erro sanável em relação ao enquadramento da irregularidade relatada no processo ora em análise. Desta forma, o Auto de Infração, originalmente enquadrado no art. 302, inciso III, alínea "u" da Lei nº 7.565/86 foi convalidado para o **art. 302, inciso III, alínea "e" da Lei nº 7.565/86 c/c a sessão 135.81 (a) do RBAC 135.**

6. **Decisão de Primeira Instância** - O setor competente em motivada decisão de primeira instância, afastou os argumentos de defesa prévia, confirmou o ato infracional e aplicou multa, **no patamar médio**, no valor de **R\$ 7.000,00 (sete mil reais)**. **Todavia, considerou que eram 3 (três) conjuntos de publicações desatualizadas, assim, o valor total foi de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais)**. Considerou, ainda, a ausência de agravantes e a existência de circunstância atenuante prevista no parágrafo primeiro, inciso III, do art. 22 da Resolução ANAC nº 25 de 25 de abril de 2008.

7. **Recurso** - Em grau recursal a interessada alega:

I - Que a Administração tinha a obrigação de lavrar o auto de infração imediatamente e obter a assinatura do suposto infrator sob pena de violação ao direito ao contraditório e à ampla defesa;

II - Que apesar de a Administração ter presunção de legitimidade, o ordenamento jurídico brasileiro não admite a cominação de sanção por mera presunção da infração;

III - Que precisa tomar conhecimento do teor das provas apontadas como fatores determinantes para a imposição de medida;

IV - Que o Auto de Infração encontra-se evadido de vício formal pois não cumpre o art. 8º da Resolução nº 25/2008 e material posto que o ato infracional descrito no Auto de Infração não reflete a verdade material dos fatos;

V - Que o Auto de Infração descreve que "não havia a publicação de uma AIP", mas ao final, a recorrente é condenada por não possuir "três conjuntos de publicações desatualizadas" afrontando a Lei Federal 9.784/99, especialmente seu inciso XIII, do parágrafo único do art. 2º, que veda a aplicação retroativa em função de nova

interpretação;

VI - Que em eventual aplicação de penalidade seja considerada as atenuantes previstas no art. 22 da Resolução nº 25/2008;

8. Por fim, requer que seja reconhecida a nulidade do auto de infração e, caso superados os fundamentos acima, deve ser considerada a pena de advertência.

PRELIMINARES

9. **Regularidade processual** - Considerando os prazos descritos no quadro acima, acusos regularidade processual nos presentes autos visto que preservados os direitos constitucionais inerentes ao interessado, bem como respeitados os princípios da Administração Pública, em especial a ampla defesa e o contraditório. Julgo o processo apto à decisão de segunda instância administrativa por parte desta ASJIN.

FUNDAMENTAÇÃO

10. **Da materialidade infracional** - Diante da infração do processo administrativo em questão, a autuação foi realizada inicialmente no art. 302, inciso III, alínea "u" do CBA, contudo, após a constatação de erro sanável em relação ao enquadramento legal e com fundamento no art. 9º da Resolução nº25/2008 e inciso I, § 1º do art. 7º da IN nº 08/2008, o Auto de Infração foi convalidado para o **art. 302, inciso III, alínea "e" da Lei nº 7.565/86 c/c a sessão 135.81 (a) do RBAC 135:**

CBA

Art. 302. A multa será aplicada pela prática das seguintes infrações:

(...)

III - infrações imputáveis à concessionária ou permissionária de serviços aéreos:

(...)

e) não observar as normas e regulamentos relativos à manutenção e operação das aeronaves

Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 135

135.81 Informações operacionais e alterações das mesmas

Cada detentor de certificado deve informar a cada pessoa por ele empregada das especificações operativas aplicáveis aos deveres e responsabilidades da pessoa e deve tornar disponível aos pilotos de seu quadro de empregados, para permitir planejamento de voos no solo, as seguintes informações em forma atualizada:

(a) **publicações aeronáuticas** (cartas aeronáuticas de rota e de terminais: procedimentos de saída e de aproximação por instrumentos, ROTAER, AIP, etc.);

(b) este regulamento e o RBHA 91, ou RBAC que venha a substituí-lo;

(c) Manuais de Equipamentos da Aeronave e Manual de Voo da Aeronave ou equivalentes; e

(d) para operações no estrangeiro, o "International Flight Information Manual" ou uma publicação comercial que contenha as mesmas informações concernentes a requisitos operacionais do país ou países envolvidos.

11. Das Alegações da Interessada

12. A recorrente alega que a Administração tinha a obrigação de lavrar o auto de infração imediatamente e obter a assinatura do suposto piloto infrator sob pena de violação ao direito ao contraditório e à ampla defesa. Sobre esse assunto tecemos as seguintes considerações.

13. Da simples leitura do art. 24 da Lei 9.784/99 fica claro, de pronto, a ressalva de sua aplicação:

Art. 24. **Inexistindo disposição específica**, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de cinco dias, salvo motivo de força maior.

Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo pode ser dilatado até o dobro mediante comprovada justificação. (Grifou-se)

14. Nesse sentido a Lei nº 7.565/86, assim como a Resolução ANAC nº 25/2008, dispõem sobre a instauração do processo administrativo sancionador no âmbito de competência da ANAC, o qual é iniciado por meio do Auto de Infração - AI:

CBA

Art. 291. Toda vez que se verifique a ocorrência da infração prevista neste Código ou na legislação complementar, a autoridade aeronáutica lavrará o respectivo auto, remetendo-o à autoridade ou ao órgão competente para a apuração, julgamento ou providência administrativa cabível.

Resolução ANAC nº 25/2008

Art. 5º. O AI será lavrado quando for constatada a prática da infração à Lei 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica - CBAer, legislação complementar e demais normas de competência da autoridade de aviação civil, sendo obrigatório o atendimento dos requisitos essenciais de validade previstos no art. 8º desta Resolução.

15. Observe-se nesse âmbito que o AI deve ser lavrado quando for constatada a infração e cuja apuração deve seguir os prazos determinados pela Lei 9.873/1999:

Lei 9.873/99

Art. 1º. **Prescreve em cinco anos a ação punitiva da Administração Pública Federal**, direta e indireta, no exercício do poder de polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor, **contados da data da prática do ato** ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.

16. Portanto, nota-se que não há previsão legal de obrigatoriedade de lavratura do AI no local da infração, tampouco a sua notificação imediata. Tal ausência de previsão legal sustenta-se uma vez que a fiscalização é ato inquisitório, sendo anterior a instauração processual, por isso, não se faz necessária a notificação nem a participação da interessada nessa fase. Apenas com a instauração processual, por meio do AI, torna-se obrigatória a notificação dos atos à Interessada, oportunizando-se-lhe a manifestação nos autos para contraditar e utilizar-se de todos os meios de defesa legalmente permitidos. Dessa forma, a ampla defesa e o contraditório não foram afetados, já que a lavratura do AI e sua notificação se deram dentro do prazo legal.

17. No que diz respeito à inexistência de assinatura do autuado no AI, importante registrar que sua ausência não condiciona a eficácia do ato administrativo, conforme se depreende do §1º do art 6º da IN nº 08/2008, *in verbis*:

Art. 6º O auto de infração conterá os seguintes elementos:

I - numeração seqüencial e indicação do órgão emissor;

II - identificação e endereço do autuado;

III - local, data e hora da lavratura;

IV - descrição objetiva do fato ou do ato constitutivo da infração, incluindo data, local e hora da ocorrência, número do voo e identidade do passageiro, quando for o caso;

V - indicação da disposição legal ou da legislação complementar infringida;

VI - indicação do prazo e local para apresentação de defesa;

VII - assinatura do autuado, seu representante legal ou preposto;
VIII - identificação do autuante, com o cargo, número de matrícula e assinatura.
§ 1º O auto de infração não terá sua eficácia condicionada à assinatura do autuado ou de testemunhas.

18. Quanto ao argumento de que apesar de a Administração ter presunção de legitimidade o ordenamento jurídico brasileiro não admite a cominação de sanção por mera presunção da infração, informo que a autuação é ato administrativo que possui em seu favor presunção de legitimidade e certeza e cabe ao interessado a demonstração dos fatos que alega, nos termos do art. 36 da Lei 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

19. Como sabido, a presunção é relativa e pode ser desconstituída mediante demonstração cabal nos autos do processo específico de que a aferição do poder público não condiz com a realidade, o que não foi feito pela interessada.

20. No que diz respeito ao argumento de que precisa tomar conhecimento do teor das provas apontadas como fatores determinantes para a imposição de medida, ressalto que a Interessada poderia ter diligenciado nesta ANAC e ter tido ciência de inteiro teor do processo, retirando, se necessário, a cópia do mesmo, contudo, optou por não realizar este procedimento.

21. Com relação ao argumento de que o Auto de Infração encontra-se eivado de vício formal pois não cumpre os requisitos do art. 8 da Resolução nº 25/2008 e material porquanto a descrição da conduta não reflete a verdade dos fatos, assevero que o auto de infração como principal documento de um processo administrativo traz embutido em si dois dispositivos primordiais para sua validade, que são a **descrição dos fatos e seu enquadramento legal**. Eles são os elementos necessários para que se informe, precisamente, o tipo infracional, permitindo, dessa forma, o exercício da ampla defesa e do contraditório.

22. Observa-se no campo "HISTÓRICO" do AI, que trata especificamente da descrição do fato, que foi registrado expressamente que "*Foi constatado, durante a auditoria realizada na empresa em comento, nos dias 26 e 27 de maio do presente ano, RVS0 17203, autuada no processo administrativo 00068.002922/2014-81, que não havia a publicação AIP de 01.05.2014 (data AIRAC corrente - MCA 53-1 do Departamento de Controle do Espaço Aéreo - item 8.4.1 ("Cada ciclo AIRAC é composto por 28 dias. As datas AIRAC são sempre às quintas-feiras - Portaria DECEA nº 63/SDOP, de 21 de outubro de 2009") que se destina ao planejamento de voo, ferindo o parágrafo 135.81(a) do RBAC 135. Observou-se que havia apenas a anterior, que, por se apresentar desatualizada, não é adequada para os fins a que se destina.*"

23. Quanto ao enquadramento legal é certo que a referida conduta foi originalmente capitulada no art. 302, inciso III, alínea "u" do CBA, contudo, o Auto de Infração foi convalidado para o art. 302, inciso III, alínea "e" da Lei nº 7.565/86 c/c a sessão 135.81 (a) do RBAC 135 (fls. 26) e a Interessada devidamente notificada conforme AR assinado e datado de 26/08/2016 (fl. 28).

24. Assim, entendo que não houve afronta a ampla defesa (CF, art. 5º, LV) e devido processo legal (CF, art. 5º, LIV), pois a descrição dos fatos foi objetiva e suficiente para a construção da defesa e respeito dos princípios aqui citados, assim, afasto as razões da defesa quanto a esse quesito.

25. A Interessada alega que houve afronta ao inciso XIII, do parágrafo único do art. 2º da lei nº 9784/99 dado que o Auto de Infração descreve que "*não havia a publicação de uma AIP*", mas ao final, a recorrente é condenada por não possuir "*três conjuntos de publicações desatualizadas*".

26. Ora, quando da análise do pleito da interessada, em sede de defesa prévia, a primeira instância considerou que "*eram 3 (três) os conjuntos de publicações desatualizadas*" e aplicou 03 (três) penalidades à autuada, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), totalizando o montante de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), conforme Doc. SEI 0829422 e 0829484.

27. No entanto, nota-se que o Auto de Infração nº 02080/2014 descreve uma única infração autônoma - "**não havia publicação AIP de 01.05.2016**". Assim, entendo que a interpretação do decisor de primeira instância, ao considerar mais de uma conduta descrita no AI está equivocada. Trata-se, na verdade de **erro in judicando**, que consiste em um ato pelo qual o decisor se equivoca quanto à apreciação da demanda, seja porque erra na interpretação da lei, seja porque não adéqua corretamente os fatos ao plano abstrato da norma. Tal erro recai sobre o próprio conteúdo que compõe o litígio. **É erro material e enseja reforma da decisão e não sua invalidação.**

28. No presente caso, entende-se ter havido inadequação entre os fatos apurados pela Fiscalização e a aplicação correta da sanção. Ressalta-se que o *error in judicando* não tem o condão de invalidar a decisão impugnada, sendo passível de reforma, por não haver vícios insanáveis no feito. Haroldo Lourenço leciona que: "*na hipótese de a causa de pedir ser um error in judicando, provido ou não o recurso, será proferida uma nova decisão em substituição do provimento jurisdicional impugnado. Observe-se que mesmo que se negue provimento ao recurso, "confirmando a decisão recorrida", como se utiliza no jargão forense, haverá o efeito substitutivo. Assim, ainda que o tribunal decida manter a decisão atacada, a nova decisão substitui a decisão recorrida, "pela simples razão de que não podem conviver duas decisões sobre a mesma questão no mesmo processo"*. (LOURENÇO, Haroldo. Processo Civil Sistematizado, 3ª edição. Método, 2017).

29. Desse modo, uma vez verificado o vício na Decisão de Primeira Instância deve o órgão de segunda instância, em grau recursal, atender o pleito da autuada para reformar a decisão proferida.

30. **Ante o exposto, tem-se que as razões do recurso não lograram êxito em afastar a prática infracional descrita no AI, devendo ser aplicada apenas uma sanção administrativa e canceladas as demais.**

31. **Acerca do pedido de conversão da multa em advertência, não há como atender uma vez que não consta essa previsão legal no rol taxativo de providências administrativas previstas no art. 289 da lei 7.565/86 (CBA).**

32. Por fim, no que tange ao requerimento de aplicação das atenuantes previstas no art. 22 da Resolução nº 25/2008, este assunto será abordado logo a seguir quando da análise da dosimetria da sanção.

DA DOSIMETRIA DA SANÇÃO

33. Verificada a regularidade da ação fiscal, há que se averiguar a necessidade de correção do valor da multa aplicada como sanção administrativa ao ato infracional imputado. Embora a Resolução nº 472/2018 tenha revogado a Resolução ANAC nº 25/2008 e IN ANAC nº 08 de 2008, seu artigo 82 estabelece que suas disposições não prejudicam atos já praticados e aplicam-se as normas vigentes à época dos fatos, inclusive no que diz respeito às sanções aplicáveis.

34. Destaca-se que com base na letra "e" da Tabela III do Anexo II da Resolução ANAC nº 25, de 25 de abril de 2008, o valor da multa poderá ser imputado em R\$ 4.000,00 (patamar mínimo), R\$ 7.000,00 (patamar intermediário) ou R\$ 10.000,00 (patamar máximo).

Das Circunstâncias Atenuantes

36. Para o reconhecimento da circunstância atenuante prevista no inciso I do §1º do art. 22 da

Resolução Anac nº 25, de 2008 ("o reconhecimento da prática da infração"), entende-se que o ente regulado deve reconhecer não só a prática do ato, mas também o fato de que essa conduta infringiu norma de competência da autoridade de aviação civil, o que não se deu nos autos do processo. Dessa forma, deve ser afastada sua incidência.

37. Da mesma forma, entende-se que a interessada não demonstrou, nos autos, ter adotado voluntariamente qualquer providência eficaz para amenizar as consequências da infração. Registre-se que nenhuma medida que configure um dever pode ser fundamento para a aplicação dessa atenuante, prevista no inciso II do §1º do art. 22 da Resolução Anac nº 25, de 2008.

38. Para a análise da circunstância atenuante prevista no inciso III do §1º do art. 22 da Resolução ANAC nº 25/2008 - a **inexistência de aplicação de penalidades no último ano** - é necessária pesquisa para identificar a eventual existência de sanção aplicada em definitivo ao ente regulado no período de um ano .

39. Em pesquisa no Sistema Integrado de Gestão de Créditos – SIGEC dessa Agência, ora anexada a essa análise (SEI 3086145) ficou demonstrado que **não há penalidade anteriormente aplicada ao autuado nessa situação. Assim, deve ser considerada essa circunstância atenuante como causa de diminuição do valor da sanção.**

40. **Das Circunstâncias Agravantes**

41. Quanto à existência de circunstâncias agravantes, não se vê, nos autos, qualquer elemento que configure as hipóteses previstas no § 2º do artigo 22 da Resolução ANAC nº 25/2008.

42. **Da sanção a ser aplicada em definitivo**

43. Por tudo o exposto, observadas as considerações feitas nos itens 26, 27 e 28 supra, entendo que deva ser **reformada a decisão de primeira instância para manutenção de apenas uma penalidade, no valor R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)**, que o mínimo previsto à época dos fatos, para a hipótese da letra "e" da Tabela III do Anexo II da Resolução ANAC nº 25, de 25 de abril de 2008, **considerando a existência de circunstância atenuante e ausência de agravantes e cancelada as demais penalidades aplicadas pela primeira instância.**

CONCLUSÃO

44. Ante o exposto, sugiro **DAR PROVIMENTO PARCIAL** ao Recurso, **REFORMANDO-SE A DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA** para que seja aplicada apenas uma multa no valor de **R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) e cancelada as demais penalidades**, em desfavor da empresa **PMR TÁXI AÉREO E MANUTENÇÃO AERONÁUTICA S.A.**, por não ter a publicação aeronáutica atualizada, em afronta ao art. 302, inciso III, alínea "e" da Lei nº 7.565 de 19 de dezembro de 1986 c/c a seção 135.81 (a) do RBAC 135.

45. **Dada a natureza da presente proposta de decisão, necessário se faz a alteração do valor crédito de multa no Sistema de Gestão de Créditos da ANAC (SIGEC).**

46. É o Parecer e Proposta de Decisão.

47. Submete-se ao crivo do decisor.



Documento assinado eletronicamente por **Thais Toledo Alves, Analista Administrativo**, em 17/06/2019, às 10:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do **Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015**.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sistemas.anac.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador **3071073** e o código CRC **CF5E4B17**.

	SIGEC :: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE CRÉDITOS	
	Atalhos do Sistema: <input type="text" value="Menu Principal"/>	
Usuário:		
<input type="button" value="Dados da consulta"/> <input type="button" value="Consulta"/>		

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: PMR TAXI AEREO E MANUTENCAO AERONAUTICA S.A.

Nº ANAC: 3000008877

CNPJ/CPF: 02225625000187

CADIN: **Sim**Div. Ativa: **Sim - EF**

Tipo Usuário: Integral

UF: **RS**

Receita	NºProcesso	Processo SIGAD	Data Vencimento	Data Infração	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Chave	Situação	Valor Débito (R\$)
9081					0,00	29/06/2012	5 481,11	0,00		*	0,00
9081					0,00	29/08/2012	1 808,82	0,00		*	0,00
9081					0,00	28/12/2012	7 727,12	0,00		*	0,00
9081					0,00	28/12/2012	4 049,72	0,00		*	0,00
9081					0,00	31/01/2013	382,47	0,00		*	0,00
9081					0,00	01/03/2013	6 397,73	0,00		*	0,00
9081					0,00	01/04/2013	2 718,03	0,00		*	0,00
9081					0,00	31/05/2013	3 019,53	0,00		*	0,00
2081	<u>614526074</u>		13/08/2007		R\$ 2 000,00		0,00	0,00	02225625	CA	0,00
2081	<u>620665094</u>		18/05/2009		R\$ 4 000,00		0,00	0,00	02225625	CA	0,00
2081	<u>626755116</u>		02/05/2011		R\$ 6 000,00	31/10/2011	6 148,28	0,00		PG	0,00
2081	<u>626914111</u>		20/05/2011		R\$ 6 000,00	31/05/2013	46 201,27	0,00		PG	0,00
2081	<u>626915110</u>		20/05/2011		R\$ 6 000,00	31/05/2013	46 201,27	0,00		PG	0,00
2081	<u>626916118</u>		20/05/2011		R\$ 6 000,00	31/05/2013	46 201,27	0,00		PG	0,00
2081	<u>626917116</u>		20/05/2011		R\$ 6 000,00	31/05/2013	46 201,27	0,00		PG	0,00
2081	<u>626918114</u>		20/05/2011		R\$ 6 000,00	31/05/2013	46 201,27	0,00		PG	0,00
2081	<u>626926115</u>		20/05/2011		R\$ 6 000,00	31/05/2013	46 201,27	0,00		PG	0,00
2081	<u>626931111</u>		20/05/2011		R\$ 6 000,00	31/05/2013	46 201,27	0,00		PG	0,00
2081	<u>630969120</u>		27/02/2012	22/02/2008	R\$ 10 500,00	10/05/2012	9 138,93	9 138,93		Parcial	
						29/06/2012	9 230,31	3 749,20		PG	0,00
2081	<u>630970124</u>		27/02/2012	17/09/2007	R\$ 10 500,00	29/06/2012	0,00	5 481,11		Parcial	
						29/08/2012	9 350,95	7 542,13		PG *	0,00
2081	<u>631606129</u>		23/03/2012	17/09/2007	R\$ 10 500,00	29/08/2012	0,00	1 808,82		Parcial	
						30/11/2012	9 519,10	9 519,10		Parcial	
						28/12/2012	9 569,37	1 842,25		PG *	0,00
2081	<u>631607127</u>		23/03/2012	24/02/2008	R\$ 10 500,00	28/12/2012	0,00	7 727,12		Parcial	
						28/12/2012	9 569,37	5 519,65		PG *	0,00
2081	<u>631608125</u>		23/03/2012	01/10/2007	R\$ 10 500,00	28/12/2012	0,00	4 049,72		Parcial	
						31/01/2013	9 619,63	9 237,16		PG *	0,00
2081	<u>631609123</u>		23/03/2012	08/12/2007	R\$ 10 500,00	31/01/2013	0,00	382,47		Parcial	
						04/02/2013	9 674,47	9 674,47		Parcial	
						01/03/2013	9 719,25	3 321,52		PG *	0,00
2081	<u>631610127</u>		23/03/2012	28/12/2007	R\$ 10 500,00	01/03/2013	0,00	6 397,73		Parcial	
						01/04/2013	9 769,51	7 051,48		PG *	0,00
2081	<u>631611125</u>		23/03/2012	14/12/2007	R\$ 10 500,00	01/04/2013	0,00	2 718,03		Parcial	
						30/04/2013	6 877,36	6 877,36		Parcial	
						31/05/2013	6 919,31	3 899,78		PG *	0,00
2081	<u>631612123</u>		23/03/2012	08/12/2007	R\$ 10 500,00	31/05/2013	0,00	3 019,53		DA * - CD - EF	15 342,60
2081	<u>631613121</u>		23/03/2012	15/12/2007	R\$ 10 500,00	30/08/2013	2 239,49	2 239,49		Parcial	
						18/10/2013	2 239,49	2 239,49		Parcial	
						31/10/2013	2 277,79	2 277,79		Parcial	
						02/12/2013	2 295,93	2 295,93		Parcial	
						18/12/2013	2 312,05	2 312,05		Parcial	
						29/01/2014	2 329,74	2 329,74		DA - DA	378,79
2081	<u>631614120</u>		23/03/2012	17/09/2007	R\$ 10 500,00	31/03/2014	2 366,47	2 366,47		Parcial	
						29/04/2014	2 383,71	2 383,71		Parcial	
						29/05/2014	2 402,08	2 402,08		Parcial	
						17/07/2014	2 439,92	2 439,92		Parcial	

					27/08/2014	2 461,20	2 461,20	Parcial	
					29/08/2014	2 461,20	2 461,20	DA - CD - DA	55,69
2081	<u>631615128</u>		23/03/2012	14/09/2007	R\$ 10 500,00	04/11/2014	2 522,34	2 522,34	Parcial
						16/12/2014	2 541,15	2 541,15	Parcial
						20/01/2015	2 562,65	2 562,65	Parcial
						23/03/2015	2 602,07	2 602,07	Parcial
						25/03/2015	2 602,07	2 602,07	DA - CD - DA
2081	<u>631616126</u>		23/03/2012	06/10/2007	R\$ 10 500,00	31/03/2015	2 602,07	2 602,07	Parcial
						28/05/2015	2 646,63	2 646,63	DA - CD - DA
2081	<u>631617124</u>		23/03/2012	12/11/2007	R\$ 10 500,00	10/03/2014	2 366,47	2 366,47	Parcial
						30/09/2014	2 480,68	2 480,68	DA - DA
2081	<u>631618122</u>		23/03/2012	15/11/2007	R\$ 10 500,00		0,00	0,00	DA - CD - EF
2081	<u>631619120</u>		23/03/2012	27/12/2007	R\$ 10 500,00		0,00	0,00	DA - CD - EF
2081	<u>631620124</u>		23/03/2012	17/09/2007	R\$ 10 500,00		0,00	0,00	DA - CD - EF
2081	<u>631621122</u>		23/03/2012	24/02/2008	R\$ 10 500,00		0,00	0,00	DA - CD - EF
2081	<u>635390128</u>	60800062180200895	25/01/2013	18/09/2008	R\$ 2 800,00	09/01/2013	2 800,00	2 800,00	PG
2081	<u>635450125</u>		01/02/2013	05/01/2008	R\$ 10 500,00	12/03/2015	51 966,25	0,00	PG
2081	<u>635451123</u>		01/02/2013	20/01/2008	R\$ 10 500,00	12/03/2015	51 966,25	0,00	PG
2081	<u>635617136</u>		22/02/2013	21/01/2008	R\$ 10 500,00	12/03/2015	51 966,25	0,00	PG
2081	<u>635618134</u>		22/02/2013	21/01/2008	R\$ 10 500,00	12/03/2015	51 966,25	0,00	PG
2081	<u>636889131</u>		05/10/2018	21/01/2008	R\$ 2 800,00		0,00	0,00	CP CD
2081	<u>641602140</u>	608400361492011	29/10/2018	18/05/2011	R\$ 2 400,00		0,00	0,00	DA
2081	<u>653203169</u>	00058062309201270	15/04/2016	29/12/2010	R\$ 7 000,00		0,00	0,00	DA
2081	<u>653204167</u>	00058062309201270	15/04/2016	03/01/2012	R\$ 7 000,00		0,00	0,00	DA
2081	<u>653205165</u>	00058062309201270	15/04/2016	20/12/2011	R\$ 7 000,00		0,00	0,00	DA
2081	<u>653206163</u>	00058035081201415	15/04/2016	31/05/2011	R\$ 1 600,00		0,00	0,00	DA
2081	<u>654412166</u>	00065084946201399	20/06/2016	18/01/2013	R\$ 8 000,00		0,00	0,00	RE2
2081	<u>657963169</u>	00068004452201490	15/03/2019	26/05/2014	R\$ 4 000,00		0,00	0,00	PU2
2081	<u>658135168</u>	00068004445201498	29/12/2016	26/05/2014	R\$ 7 000,00		0,00	0,00	DA
2081	<u>658136166</u>	00068004446201432	29/12/2016	26/05/2014	R\$ 7 000,00		0,00	0,00	DA
2081	<u>658137164</u>	00068004447201487	29/12/2016	26/05/2014	R\$ 7 000,00		0,00	0,00	DA
2081	<u>658138162</u>	00068004448201421	29/12/2016	26/05/2014	R\$ 7 000,00		0,00	0,00	DA
2081	<u>658707170</u>	00068003974201555	31/05/2019	05/05/2014	R\$ 4 000,00		0,00	0,00	DC2
2081	<u>658980174</u>	00068004453201434	16/03/2017	26/05/2014	R\$ 4 000,00		0,00	0,00	RE2
2081	<u>658996170</u>	00068004439201431	17/03/2017	27/05/2014	R\$ 44 000,00		0,00	0,00	RE2
2081	<u>659073170</u>	00068003975201508	24/03/2017	30/04/2014	R\$ 7 000,00		0,00	0,00	RE2
2081	<u>659427171</u>	00068008258201564	18/05/2017	10/04/2015	R\$ 77 000,00		0,00	0,00	DA
2081	<u>659596170</u>	00058.022647/2015	26/05/2017	10/03/2015	R\$ 7 000,00		0,00	0,00	RE2
2081	<u>659967172</u>	00068003973201519	07/07/2017	05/05/2014	R\$ 4 000,00		0,00	0,00	RE2
2081	<u>660127178</u>	00068001248201689	17/07/2017	30/04/2014	R\$ 4 000,00		0,00	0,00	DA
2081	<u>660294170</u>	00068001247201634	21/07/2017	30/04/2014	R\$ 4 000,00		0,00	0,00	ITD
2081	<u>660454174</u>	00068004455201423	04/08/2017	27/05/2014	R\$ 4 000,00		0,00	0,00	RE2
2081	<u>660832179</u>	00068008239201538	14/09/2017	26/08/2015	R\$ 3 500,00		0,00	0,00	RE2
2081	<u>660854170</u>	00068004457201412	15/09/2017	27/05/2014	R\$ 7 000,00		0,00	0,00	DA
2081	<u>660859170</u>	00068004458201467	15/09/2017	27/05/2014	R\$ 21 000,00		0,00	0,00	RE2
2081	<u>660861172</u>	00068004456201478	15/09/2017	24/05/2014	R\$ 7 000,00		0,00	0,00	CP CD
2081	<u>660862170</u>	00068008259201517	15/09/2017	10/04/2015	R\$ 77 000,00		0,00	0,00	DA
2081	<u>660968176</u>	00068004917201674	22/09/2017	01/06/2015	R\$ 26 400,00		0,00	0,00	CP CD
2081	<u>660969174</u>	00068004751201696	22/09/2017	01/06/2015	R\$ 110 400,00		0,00	0,00	CP CD
2081	<u>660970178</u>	00068004934201610	22/09/2017	01/06/2015	R\$ 165 600,00		0,00	0,00	CP CD
2081	<u>660971176</u>	00068004930201623	22/09/2017	01/06/2015	R\$ 69 600,00		0,00	0,00	CP CD
2081	<u>660972174</u>	00068004755201674	22/09/2017	01/06/2015	R\$ 160 800,00		0,00	0,00	CP CD
2081	<u>661020170</u>	00068004925201611	29/09/2017	31/12/2014	R\$ 57 600,00		0,00	0,00	RE2
2081	<u>661021178</u>	00068004928201654	29/09/2017	30/11/2014	R\$ 48 000,00		0,00	0,00	RE2
2081	<u>661022176</u>	00068004947201681	29/09/2017	31/01/2015	R\$ 52 800,00		0,00	0,00	RE2
2081	<u>661023174</u>	00068004753201685	29/09/2017	31/08/2014	R\$ 189 600,00		0,00	0,00	RE2
2081	<u>661024172</u>	00068004749201617	29/09/2017	31/05/2014	R\$ 9 600,00		0,00	0,00	RE2
2081	<u>661025170</u>	00068004932201612	29/09/2017	31/03/2015	R\$ 24 000,00		0,00	0,00	RE2
2081	<u>661026179</u>	00068004942201658	29/09/2017	28/02/2015	R\$ 26 400,00		0,00	0,00	RE2

2081	661267179	00068004922201687	10/11/2017	01/06/2015	R\$ 386 400,00	0,00	0,00	RE2	0,00
2081	661268177	00068004911201605	10/11/2017	01/06/2015	R\$ 244 800,00	0,00	0,00	RE2	0,00
2081	661283170	00068004913201696	10/11/2017		R\$ 326 400,00	0,00	0,00	RE2	0,00
2081	661286175	00068004745201639	10/11/2017		R\$ 348 000,00	0,00	0,00	RE2	0,00
2081	661287173	00068004743201640	10/11/2017		R\$ 439 200,00	0,00	0,00	RE2	0,00
2081	661288171	00068004909201628	10/11/2017		R\$ 110 400,00	0,00	0,00	RE2	0,00
2081	661289170	00068004915201685	10/11/2017		R\$ 218 400,00	0,00	0,00	RE2	0,00
2081	661290173	00068004747201628	10/11/2017		R\$ 441 600,00	0,00	0,00	RE2	0,00
2081	661291171	00068004919201663	10/11/2017		R\$ 304 800,00	0,00	0,00	RE2	0,00
2081	662071170	00068008260201533	19/01/2018	26/08/2015	R\$ 2 000,00	0,00	0,00	DA	2 563,51

Total devido em 25/04/2019 (em reais): 1 213 167,74

Legenda do Campo Situação

DC1 - Decidido em 1ª instância mas ainda aguardando ciência	CP - Crédito à Procuradoria
PU1 - Punido 1ª Instância	PU3 - Punido 3ª instância
RE2 - Recurso de 2ª Instância	IT3 - Punido pq recurso em 3ª instância foi intempestivo
ITD - Recurso em 2ª instância intempestivo , mas ainda aguardando ciência do infrator	RAN - Processo em revisão por iniciativa da ANAC
DC2 - Decidido em 2ª instância mas aguardando ciência	CD - CADIN
DG2 - Deligências por iniciativa da 2ª instância	EF - EXECUÇÃO FISCAL
CAN - Cancelado	PP - PARCELADO PELA PROCURADORIA
PU2 - Punido 2ª instância	GPE - GARANTIA DA EXECUÇÃO POR PENHORA REGULAR E SUFICIENTE
IT2 - Punido pq recurso em 2ª foi intempestivo	SDE - SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE POR DEPÓSITO JUDICIAL
RE3 - Recurso de 3ª instância	SDJ - SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE POR DECISÃO JUDICIAL
ITT - Recurso em 3ª instância intempestivo , mas ainda aguardando ciência do infrator	GDE - Garantia da Execução por Depósito Judicial
IN3 - Recurso não foi admitido a 3ª instância	PC - PARCELADO
AD3 - Recurso admitido em 3ª instância	PG - Quitado
DC3 - Decidido em 3ª instância mas aguardando ciência	DA - Dívida Ativa
DG3 - Deligências por iniciativa da 3ª instância	PU - Punido
RVT - Revisto	RE - Recurso
RVS - Processo em revisão por iniciativa do interessado	RS - Recurso Superior
INR - Revisão a pedido ou por iniciativa da anac não foi admitida	CA - Cancelado
	PGDJ - Quitado Depósito Judicial Convertido em Renda

Registro 1 até 90 de 90 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial	Imprimir	Exportar Excel
--------------	----------	----------------



AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
JULGAMENTO ASJIN - JULG ASJIN

DECISÃO MONOCRÁTICA DE 2ª INSTÂNCIA Nº 829/2019

PROCESSO Nº 00068.004458/2014-67

INTERESSADO: PMR TÁXI AÉREO E MANUTENÇÃO AERONÁUTICA S.A.

1. Recurso conhecido e recebido em seus efeitos suspensivos (art. 16 da Res. ANAC 25/2008).
2. Analisados todos os elementos constantes dos autos, em especial manifestações do interessado. Foi dada ampla oportunidade de manifestação no feito, respeitados prazos e dialética processual, de modo que preservados ampla defesa e contraditório inerentes ao certame.
3. De acordo com a proposta de decisão (SEI 3071073), ratifico na integralidade os entendimentos da análise referenciada, adotando-os como meus e tornando-os parte integrante desta decisão, com respaldo nos termos do artigo 50, §1º da Lei nº 9.784/1999.
4. Dosimetria adequada para o caso. À luz do art. 36, §6º, da Resolução 472/2018, que entrou em vigor a partir de 04/12/2018, "*para fins de aferição da dosimetria deve-se considerar o contexto fático existente quando do arbitramento da sanção em primeira instância*".
5. Consideradas as atribuições a mim conferidas pela Portaria nº 3.403, de 17 de novembro de 2016 e Portaria nº 2.829, de 20 de outubro de 2016 e com lastro no art. 42 da Resolução ANAC nº 472, de 2018 e competências ditas pelo art. 30 do Regimento Interno da ANAC, Resolução nº 381/2016, **DECIDO:**
 - **DAR PROVIMENTO PARCIAL** ao recurso, **REFORMANDO-SE A DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA** para que seja aplicada apenas uma multa no valor de **R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)** e **cancelada as demais penalidades**, em desfavor da empresa **PMR TÁXI AÉREO E MANUTENÇÃO AERONÁUTICA S.A.**, por não ter a publicação aeronáutica atualizada, em afronta ao art. 302, inciso III, alínea "e" da Lei nº 7.565 de 19 de dezembro de 1986 c/c a seção 135.81 (a) do RBAC 135.
6. **Necessário se faz a alteração do valor crédito de multa no Sistema de Gestão de Créditos da ANAC (SIGEC) dada a natureza da presente decisão.**
7. Publique-se.
8. À Secretaria.
9. Notifique-se.

BRUNO KRUCHAK BARROS

SIAPE 1629380

Presidente Turma Recursal – BSB

Assessor de Julgamento de Autos em Segunda Instância Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Kruchak Barros, Presidente de Turma**, em 19/06/2019, às 19:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sistemas.anac.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador **3096209** e o código CRC **8445DDA8**.